

MARIA BERENICE DIAS

A Lei
MARIA DA PENHA
na Justiça

7^a
edição
revista e atualizada

2021



EDITORA
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Ideia Impressa (ideiaimpressadesign@gmail.com)

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

Ilustração da capa: Marina Papi

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 5.ª edição.

M541a Dias, Maria Berenice.
 A Lei Maria da Penha na Justiça / Maria Berenice Dias – 7. ed. rev. e atual. – Salvador:
 Editora JusPodivm, 2021.
 384 p.

 Bibliografia.
 ISBN 978-65-5680-635-8.

1. Direito penal. 2. Infrações contra as pessoas. I. Dias, Maria Berenice. II. Título.

1194844

CDD 341.556

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. Por que Maria da Penha? | 17 |
| 2. O ciclo da violência | 21 |
| 3. Um olhar no tempo | 29 |
| 3.1. No passado | 29 |
| 3.2. Um novo tempo | 33 |
| 3.3. Sem mais tempo | 35 |
| 4. Tratados internacionais | 43 |
| 4.1. Compromissos internacionais | 43 |
| 4.1.1. Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) | 44 |
| 4.1.2. Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher | 45 |
| 4.2. A força dos tratados | 47 |
| 5. Uma violação aos Direitos Humanos | 51 |
| 5.1. O direito desdobrado em gerações | 51 |
| 5.2. A violência contra a mulher | 53 |
| 5.3. Estereótipos de gênero | 57 |
| 6. Conceito e âmbito de incidência | 61 |
| 6.1. Conceito de violência doméstica | 61 |
| 6.2. Tipificação fora do âmbito do direito penal | 63 |
| 6.3. Família | 66 |
| 6.4. Relação íntima de afeto | 68 |
| 6.5. Unidade doméstica | 69 |

| | |
|--|------------|
| 6.6. Uniões homoafetivas | 70 |
| 6.7. Namoro | 72 |
| 7. A violência e seus atores | 75 |
| 7.1. Os atores da violência | 76 |
| 7.2. Sujeito ativo | 78 |
| 7.3. Sujeito passivo | 79 |
| 8. Formas da violência | 87 |
| 8.1. A violência em suas diversas formas | 87 |
| 8.1.1. Violência física | 89 |
| 8.1.2. Violência psicológica | 93 |
| 8.1.3. Violência sexual | 97 |
| 8.1.4. Violência patrimonial | 101 |
| 8.1.5. Violência moral | 104 |
| 9. Violência e suas penas | 107 |
| 9.1. O que mudou | 107 |
| 9.2. Reflexos nas relações familiares | 109 |
| 9.3. Alterações no Código Penal | 110 |
| 9.3.1. Lesão corporal qualificada | 111 |
| 9.3.2. Uma nova agravante | 112 |
| 9.3.3. Mais uma majorante | 113 |
| 9.4. Prisão preventiva | 114 |
| 9.5. Crime continuado | 117 |
| 9.6. Comparecimento a programa de recuperação e reeducação e acompanhamento psicossocial | 118 |
| 9.7. Cesta básica | 122 |
| 9.8. <i>Sursis</i> | 124 |
| 10. Femicídio | 127 |
| 10.1. Conceito | 127 |

| | |
|--|------------|
| 10.2. Tipificação | 129 |
| 10.3. Competência | 131 |
| 11. Retratação, desistência ou renúncia? | 133 |
| 11.1. Algumas definições | 133 |
| 11.2. Representação e renúncia na Lei dos Juizados Especiais | 136 |
| 11.3. Representação e renúncia na Lei Maria da Penha | 137 |
| 12. Delitos sujeitos à representação | 141 |
| 13. Questões constitucionais | 147 |
| 14. A posição dos Tribunais Superiores | 153 |
| 14.1. Supremo Tribunal Federal | 153 |
| 14.1.1. Constitucionalidade da lei | 153 |
| 14.1.2. Audiência de retratação | 154 |
| 14.1.3. Tutela da identidade de gênero | 154 |
| 14.2. Superior Tribunal de Justiça | 155 |
| 14.2.1. Coabitação | 155 |
| 14.2.2. Lesão corporal leve e contravenção penal | 155 |
| 14.2.3. Retratação | 156 |
| 14.2.4. Reconciliação | 157 |
| 14.2.5. Motivação | 157 |
| 14.2.6. Garantia do trabalho | 158 |
| 14.2.7. Indenização por dano moral | 158 |
| 14.2.8. Princípio da insignificância | 159 |
| 14.2.9. Suspensão condicional do processo e da pena ... | 159 |
| 14.2.10. Jurisprudência em tese | 160 |
| 15. Definição da competência | 163 |
| 15.1. Como ocorre a definição da competência | 163 |
| 15.2. Competência da Justiça Federal | 164 |

| | |
|--|------------|
| 15.3. Competência de juízo | 165 |
| 15.4. Competência funcional | 168 |
| 15.5. Competência <i>ratione personae</i> | 168 |
| 15.6. Competência das Varas Criminais e dos JVDFMs | 173 |
| 15.6.1. Juízo da execução | 175 |
| 15.6.2. Competência recursal | 177 |
| 15.7. Competência dos juízos de família | 178 |
| 15.8. Competência do júri | 179 |
| 15.9. Foro de eleição | 180 |
| 16. Medidas protetivas de urgência | 183 |
| 16.1. Tutela de urgência | 183 |
| 16.2. Natureza jurídica | 186 |
| 16.3. Aspectos processuais | 188 |
| 16.4. Medidas que obrigam o agressor | 193 |
| 16.4.1. Limitação ao uso de arma de fogo | 193 |
| 16.4.2. Separação de corpos e proibição de contato ... | 194 |
| 16.4.3. Restrição de contato com os filhos | 197 |
| 16.4.4. Obrigação alimentar | 198 |
| 16.4.5. Frequência a programas de recuperação e re- educação e acompanhamento psicossocial | 200 |
| 16.5. Medidas que protegem a vítima | 201 |
| 16.5.1. Medidas de natureza patrimonial | 203 |
| 16.6. Execução das medidas protetivas | 207 |
| 16.7. Descumprimento das medidas protetivas | 209 |
| 17. Garantia do trabalho | 211 |
| 17.1. No serviço público | 213 |
| 17.2. Na iniciativa privada | 214 |
| 18. O papel do Ministério Público | 219 |
| 18.1. Atuação | 219 |

| | |
|--|------------|
| 18.2. Banco de dados | 223 |
| 18.3. Atribuições | 225 |
| 19. Providências policiais | 227 |
| 19.1. Para onde se dirigir | 229 |
| 19.2. Escuta da vítima | 230 |
| 19.3. Registro da ocorrência | 231 |
| 19.4. Fato atípico | 231 |
| 19.5. Representação | 232 |
| 19.6. Encaminhamento da medida protetiva a juízo | 233 |
| 19.7. Prisão em flagrante | 234 |
| 19.8. Pena restritiva de direito | 235 |
| 19.9. Acordo de não persecução penal | 235 |
| 19.10. Fiança | 235 |
| 19.11. Prisão preventiva | 236 |
| 19.12. Inquérito policial | 237 |
| 19.13. Identificação criminal | 239 |
| 20. Procedimento judicial | 241 |
| 20.1. No âmbito das Varas Criminais | 241 |
| 20.2. No âmbito dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM) | 244 |
| 20.3. Rito | 244 |
| 20.4. Competência | 245 |
| 20.5. Medida protetiva de urgência | 248 |
| 20.6. Prazo de vigência | 253 |
| 20.7. Audiência de acolhimento e verificação | 254 |
| 20.8. Retratação à representação | 257 |
| 20.9. Audiência de custódia | 258 |
| 20.10. Ações criminais | 259 |
| 20.11. Feminicídio | 264 |

| | |
|--|------------|
| 20.12. Ações cíveis | 264 |
| 20.13. Recursos | 267 |
| 21. Políticas públicas | 269 |
| 21.1. Previsões legais | 269 |
| 21.2. A busca de efetividade | 275 |
| ANEXOS | 279 |
| 1. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 | 281 |
| 2. Tratados e convenções internacionais | 301 |
| 2.1. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher | 301 |
| 2.1.1. Dec. 4.377, de 13 de setembro de 2002 | 317 |
| 2.1.2. Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher | 318 |
| 2.1.3. Dec. 4.316, de 30 de julho de 2002 | 326 |
| 2.2. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – “Convenção Belém do Pará” | 327 |
| 2.2.1. Dec. 1.973, de 1.º de agosto de 1996 | 337 |
| 3. Temas e súmulas dos tribunais superiores | 339 |
| 3.1. Supremo Tribunal Federal | 339 |
| 3.1.1. Tese de repercussão geral | 339 |
| 3.2. Superior Tribunal de Justiça | 340 |
| 3.2.1. Teses de repercussão geral | 340 |
| 3.2.2. Súmulas | 340 |
| 4. Enunciados | 341 |
| 4.1. Fórum Nacional de Juízes da Violência Doméstica (FONAVID) | 341 |

| | |
|---|------------|
| 4.2. Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (copevid) do Conselho Nacional de Procuradores-gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União | 349 |
| 4.3. IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família .. | 362 |
| Referências bibliográficas | 363 |
| Obras da Autora | 379 |